

Moralidade em Kant

Resumo

Kant e o iluminismo

O Iluminismo foi uma revolução intelectual que ocorreu no século XVIII e que se contrapôs aos ideais defendidos ao longo do período medieval. Esse processo histórico teve seu início, por assim dizer, com o movimento renascentista e, em linhas gerais, representa a transformação progressiva de uma mentalidade teocêntrica para uma mentalidade antropocêntrica. O filósofo alemão Immanuel Kant (1724 – 1804) é um dos mais importantes pensadores iluministas, sendo considerado por muitos comentadores como o principal filósofo da Modernidade. A doutrina moral kantiana é, nesse sentido, independentemente de qualquer sentido religioso, estando fundamentada na própria subjetividade humana, ou seja, no aparelho cognitivo universal e necessário que está presente em todo e qualquer ser humano.

Ética deontológica

A Ética defendida por Kant é uma ética deontológica, isto é uma ética baseada fundamentalmente na noção de dever moral. Dever aqui é entendido não como uma obrigação ditada por um ser superior, mas sim como obrigação que se baseia no próprio aparelho cognitivo humano, isto é, na noção kantiana do “eu transcendental” ou “sujeito transcendental”. Todos os seres humanos, segundo Kant, possuem o mesmo aparato cognitivo, e para que possamos agir racionalmente precisamos de princípios que nos são dados a partir da consciência moral. Nesse sentido, a vida moral está restrita aos seres humanos, pois apenas eles podem exercer efetivamente sua vontade. No entanto, para que possamos agir de acordo com uma “vontade boa” precisamos, segundo Kant, de um imperativo, que é uma espécie de mandamento que nos impele a agir de uma determinada forma.

Após analisar detidamente a consciência moral, Kant especificou o conceito de imperativo sob dois aspectos fundamentais: O imperativo hipotético e o imperativo categórico. O imperativo hipotético ordena uma ação com vistas a alcançar um determinado fim. Nesse primeiro caso, a ação é boa na medida em que possibilita que se alcance outra coisa além da própria ação. Por exemplo, quando faço algo na esperança de receber algo em troca, sendo guiado pelo imperativo hipotético. Por outro lado, o imperativo categórico é aquele que visa uma ação que é entendida como necessária por si mesma, ou seja, que não é realizada no intuito de se obter algo em troca, mas sim uma ação que é boa por si mesma. Por conta disso, Kant considera o imperativo categórico incondicionado, como absoluto, voltado para uma ação que tem em vista a noção de dever.

É apenas agindo a partir do imperativo categórico, e não a partir do imperativo hipotético, que a vontade do ser humano é verdadeiramente moral, no sentido de que tal ação é boa em si mesma e não boa em virtude de algo que lhe é exterior. É por conta disso que lemos a máxima kantiana que afirma o seguinte:

“Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”. Isso significa que nossa ação é moralmente boa apenas quando podemos universalizá-la, isto é, apenas quando todos possam agir da mesma forma sem qualquer contradição. Nesse sentido, uma ação não pode ser considerada boa a partir de condicionantes como: chegar ao céu, ser feliz, evitar a dor, ou qualquer outro interesse particular. Uma ação verdadeiramente moral tem como base a racionalidade humana, que é incondicional e necessária.

Quer ver este material pelo Dex? Clique [aqui](#)

Exercícios

1. A maior violação do dever de um ser humano consigo mesmo, considerado meramente como um ser moral (a humanidade em sua própria pessoa), é o contrário da veracidade, a mentira [...]. A mentira pode ser externa [...] ou, inclusive, interna. Através de uma mentira externa, um ser humano faz de si mesmo um objeto de desprezo aos olhos dos outros; através de uma mentira interna, ele realiza o que é ainda pior: torna a si mesmo desprezível aos seus próprios olhos e viola a dignidade da humanidade em sua própria pessoa [...]. Pela mentira um ser humano descarta e, por assim dizer, aniquila sua dignidade como ser humano. [...] É possível que [a mentira] seja praticada meramente por frivolidade ou mesmo por bondade; aquele que fala pode, até mesmo, pretender atingir um fim realmente benéfico por meio dela. Mas esta maneira de perseguir este fim é, por sua simples forma, um crime de um ser humano contra sua própria pessoa e uma indignidade que deve torná-lo desprezível aos seus próprios olhos.

Immanuel Kant. *A metafísica dos costumes*, 2010.

Em sua sentença dirigida à mentira, Kant

- a) considera a condenação relativa e sujeita a justificativas, de acordo com o contexto.
 - b) assume que cada ser humano particular representa toda a humanidade.
 - c) apresenta um pensamento desvinculado de pretensões racionais universalistas.
 - d) demonstra um juízo condenatório, com justificção em motivações religiosas.
 - e) assume o pressuposto de que a razão sempre é governada pelas paixões.
2. Uma pessoa vê-se forçada pela necessidade a pedir dinheiro emprestado. Sabe muito bem que não poderá pagar, mas vê também que não lhe emprestarão nada se não prometer firmemente pagar em prazo determinado. Sente a tentação de fazer a promessa; mas tem ainda consciência bastante para perguntar a si mesma: não é proibido e contrário ao dever livrar-se de apuros desta maneira? Admitindo que se decida a fazê-lo, a sua máxima de ação seria: quando julgo estar em apuros de dinheiro, vou pedi-lo emprestado e prometo pagá-lo, embora saiba que tal nunca sucederá.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

De acordo com a moral kantiana, a “falsa promessa de pagamento” representada no texto

- a) assegura que a ação seja aceita por todos a partir da livre discussão participativa.
- b) garante que os efeitos das ações não destruam a possibilidade da vida futura na terra.
- c) opõe-se ao princípio de que toda ação do homem possa valer como norma universal.
- d) materializa-se no entendimento de que os fins da ação humana podem justificar os meios.
- e) permite que a ação individual produza a mais ampla felicidade para as pessoas envolvidas.

3. Os ricos adquiriram uma obrigação relativamente à coisa pública, uma vez que devem sua existência ao ato de submissão à sua proteção e zelo, o que necessitam para viver; o Estado então fundamenta o seu direito de contribuição do que é deles nessa obrigação, visando a manutenção de seus concidadãos. Isso pode ser realizado pela imposição de um imposto sobre a propriedade ou a atividade comercial dos cidadãos, ou pelo estabelecimento de fundos e de uso dos juros obtidos a partir deles, não para suprir as necessidades do Estado (uma vez que este é rico), mas para suprir as necessidades do povo.

KANT, I. *A metafísica dos costumes*. Bauru: Edipro, 2003.

Segundo esse texto de Kant, o Estado

- a) deve sustentar todas as pessoas que vivem sob seu poder, a fim de que a distribuição seja paritária.
 - b) está autorizado a cobrar impostos dos cidadãos ricos para suprir as necessidades dos cidadãos pobres.
 - c) dispõe de poucos recursos e, por esse motivo, é obrigado a cobrar impostos idênticos dos seus membros.
 - d) delega aos cidadãos o dever de suprir as necessidades do Estado, por causa do seu elevado custo de manutenção.
 - e) tem a incumbência de proteger os ricos das imposições pecuniárias dos pobres, pois os ricos pagam mais tributos.
4. A pura lealdade na amizade, embora até o presente não tenha existido nenhum amigo leal, é imposta a todo homem, essencialmente, pelo fato de tal dever estar implicado como dever em geral, anteriormente a toda experiência, na ideia de uma razão que determina a vontade segundo princípios *a priori*.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Barcarolla, 2009.

A passagem citada expõe um pensamento caracterizado pela

- a) eficácia prática da razão empírica.
- b) transvaloração dos valores judaico-cristãos.
- c) recusa em fundamentar a moral pela experiência.
- d) comparação da ética a uma ciência de rigor matemático.
- e) importância dos valores democráticos nas relações de amizade.

5. Leia o texto a seguir.
- As leis morais juntamente com seus princípios não só se distinguem essencialmente, em todo o conhecimento prático, de tudo o mais onde haja um elemento empírico qualquer, mas toda a Filosofia moral repousa inteiramente sobre a sua parte pura e, aplicada ao homem, não toma emprestado o mínimo que seja ao conhecimento do mesmo (Antropologia).*

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. de Guido A. de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial, 2009. p.73.

Com base no texto e na questão da liberdade e autonomia em Immanuel Kant, assinale a alternativa correta.

- a) A fonte das ações morais pode ser encontrada através da análise psicológica da consciência moral, na qual se pesquisa mais o que o homem é, do que o que ele deveria ser.
 - b) O elemento determinante do caráter moral de uma ação está na inclinação da qual se origina, sendo as inclinações serenas moralmente mais perfeitas do que as passionais.
 - c) O sentimento é o elemento determinante para a ação moral, e a razão, por sua vez, somente pode dar uma direção à presente inclinação, na medida em que fornece o meio para alcançar o que é desejado.
 - d) O ponto de partida dos juízos morais encontra-se nos “propulsores” humanos naturais, os quais se direcionam ao bem próprio e ao bem do outro.
 - e) O princípio supremo da moralidade deve assentar-se na razão prática pura, e as leis morais devem ser independentes de qualquer condição subjetiva da natureza humana.
6. A necessidade de conviver em grupo fez o homem desenvolver estratégias adaptativas diversas. Darwin, num estudo sobre a evolução e as emoções, mostrou que o reconhecimento de emoções primárias, como raiva e medo, teve um papel central na sobrevivência. Estudos antigos e recentes têm mostrado que a moralidade ou comportamento moral está associado a outros tipos de emoções, como a vergonha, a culpa, a compaixão e a empatia. Há, no entanto, teorias éticas que afirmam que as ações boas devem ser motivadas exclusivamente pelo dever e não por impulsos ou emoções. Essa teoria é a ética
- a) deontológica ou kantiana.
 - b) das virtudes.
 - c) utilitarista.
 - d) contratualista.
 - e) teológica.

7. Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma condição estranha, continuam, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida.

KANT, I. *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?* Petrópolis: Vozes, 1985 (adaptado).

Kant destaca no texto o conceito de Esclarecimento, fundamental para a compreensão do contexto filosófico da Modernidade. Esclarecimento, no sentido empregado por Kant, representa

- a) a reivindicação de autonomia da capacidade racional como expressão da maioridade.
 - b) o exercício da racionalidade como pressuposto menor diante das verdades eternas.
 - c) a imposição de verdades matemáticas, com caráter objetivo, de forma heterônoma.
 - d) a compreensão de verdades religiosas que libertam o homem da falta de entendimento.
 - e) a emancipação da subjetividade humana de ideologias produzidas pela própria razão.
8. “Como toda lei prática representa uma ação possível como boa e por isso como necessária para um sujeito praticamente determinável pela razão, todos os imperativos são fórmulas da determinação da ação que é necessária segundo o princípio de uma vontade boa de qualquer maneira. No caso da ação ser apenas boa como meio para *qualquer outra coisa*, o imperativo é *hipotético*; se a ação é representada como boa *em si*, por conseguinte, como necessária numa vontade em si conforme à razão como princípio dessa vontade, então o imperativo é *categórico*”.

Kant

Considerando o pensamento ético de Kant e o texto acima, é correto afirmar que

- a) o imperativo hipotético representa a necessidade prática de uma ação como subjetivamente necessária para um ser determinável pelas inclinações.
 - b) o imperativo categórico representa a necessidade prática de uma ação como meio para se atingir um fim possível ou real.
 - c) os imperativos (*hipotético* e *categórico*) são fórmulas de determinação necessária, segundo o princípio de uma vontade que é boa em si mesma.
 - d) o imperativo categórico representa a ação como boa em si mesma e como necessária para uma vontade em si conforme a razão.
 - e) o imperativo hipotético declara a ação como objetivamente necessária independentemente de qualquer intenção ou finalidade da ação.
9. Contrapondo ceticismo e dogmatismo, o criticismo se apresenta como única saída para se repensar às questões pertinentes à metafísica. O criticismo denomina a filosofia de
- a) Hume.
 - b) Hegel.
 - c) Kant.
 - d) Marx.
 - e) Rousseau.

10. 90 milhões em ação, pra frente, Brasil, do meu coração.
Todos juntos, vamos, pra frente, Brasil, salve a seleção.
De repente é aquela corrente pra frente.
Parece que todo o Brasil deu a mão.
Todos ligados na mesma emoção.
Tudo é um só coração.
Todos juntos, vamos, pra frente, Brasil, Brasil,
Salve a seleção.

Canção: *Pra frente Brasil/ Copa 1970*. Autor: Miguel Gustavo

Na obra “Resposta à questão: o que é o esclarecimento?”, Kant discute conceitos como uso público e privado da razão e a superação da menoridade.

À luz do pensamento kantiano, o fenômeno contemporâneo do uso político dos eventos esportivos

- a) torna o indivíduo dependente, já que a sua menoridade impede o esclarecimento e a possibilidade de pensar por si próprio.
- b) forma o indivíduo autônomo, uma vez que amplia a sua capacidade de fazer uso da própria razão para agir autonomamente.
- c) impede que o indivíduo pense de forma restrita, pois, mesmo estando cercado por tutores, facilmente rompe com a menoridade.
- d) proporciona esclarecimento político das massas, pois tais eventos promovem o aprendizado crítico mediante a afirmação da ideia de nacionalidade.
- e) confere liberdade às massas para superar a dependência gerada pela aceitação da tutela de outrem.

Gabarito

1. **B**

Para Kant, pensador iluminista, a filosofia moral estaria fundamentada em princípios racionais, sendo a razão o único fundamento que daria validade à moral humana. Com efeito, a ação moral estaria condicionada ao sujeito epistemológico, ou seja, à estrutura cognitiva que é universal e necessária, e não ao sujeito subjetivo, individual. Por ser racional, portanto, o indivíduo deveria agir segundo uma razão pura prática de validade universal, ideia expressa na conhecida frase de Kant: “age só segundo máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”. A partir do exemplo da mentira, Kant aponta que a mesma não poderia ser usada sem cair em uma autocontradição moral, pois o indivíduo particular representaria uma moral geral, de toda a humanidade, como aponta a alternativa [B].

2. **C**

De acordo com a ética kantiana, o indivíduo deve guiar-se de acordo com o imperativo categórico, segundo o qual ele deve agir de forma que sua ação possa ser universalizada para todos os indivíduos. O ato de fazer uma falsa promessa de pagamento contraria esse imperativo, pois, se universalizado, criaria uma situação de total instabilidade e desconfiança.

3. **B**

A alternativa [B] é a única que está de acordo com a visão kantiana do Estado. De acordo com que apresenta o texto, Kant defende a visão segundo a qual é justo o Estado cobrar impostos dos ricos para sustentar os seus concidadãos.

4. **C**

Para Kant, o modo como a razão humana opera caracteriza o ser racional como ser de condição moral, ou seja, a moral kantiana se fundamenta no exercício da razão. Ademais, para o filósofo, na mente humana existem estruturas *a priori* que determinam a forma como a razão apreende os objetos de conhecimento, independentemente de qualquer experiência empírica. Dessa forma, como a razão se articula à moral, a mesma não se fundamenta pela experiência.

5. **E**

Em sua obra “Crítica da Razão Pura”, Immanuel Kant discorre sobre o uso da razão enquanto a consciência do indivíduo sobre o conjunto de leis morais vigentes na sociedade. Para ele não se adquire esta consciência por meio da intuição natural, pelo contrário, este conhecimento depende de uma intuição intelectual. E, outras palavras o conhecimento das leis morais se dá pelo uso deliberado da razão no reconhecimento da moralidade vigente, isto é por uma razão pura. A autonomia para o autor é a liberdade que o ser humano faz no uso positivo de sua razão, motivado apenas por sua vontade. A liberdade, o livre arbítrio, permite autonomia na medida em que a consciência do indivíduo atue, por meio da razão, sem condicionantes, apenas por sua vontade própria, na busca de um conhecimento que lhe amplie a consciência de sua condição de liberdade. Para isto, o uso da razão deve ser deliberado. Não há um impulso natural, sentimentos no ser humano que o conduza para uma ação moral em concordância com a lei moral vigente, mas sim um processo livre, autônomo e consciência no uso de sua liberdade.

6. **A**

A ética das virtudes é uma ética aristotélica onde a ação é guiada para um bem maior movido pela reflexão pessoal, desenvolvida pela busca da auto realização e felicidade de toda a cidade. A ética utilitarista estabelece que nossas ações são guiadas pela maior quantidade de felicidade que podemos

gerar no convívio social. Assim, os homens agem devido a um interesse maior imposto exteriormente. Na ética contratualista, devido a necessidade de conviver juntos, como melhor alternativa para sobrevivência, os homens estabelecem leis que visam garantir uma não agressão mútua. Assim, suas ações são guiadas por uma conveniência, um pacto ou contrato estabelecido. Na ética teológica as ações são guiadas por princípios divinos que ultrapassam a esfera humana e se inserem no plano transcendental. Assim, as ações humanas são guiadas pelo medo em relação ao transcendente. Diferentemente, na ética Kantiana ou deontológica, os homens agem de forma deliberada na medida em que utilizam a razão para adquirirem consciência. Por meio do conhecimento obtido com o uso da razão o homem torna-se livre para agir. Assim, a ação guiada pela razão faz com que o homem tenha o dever de estender essa razão a todos os homens. Isto se dá através da criação de máximas (leis universalmente aceitas) que se convertem em imperativos para agir. Estes imperativos poder ser utilizados por todos os homens racionais e não são dados por inclinações naturais ou por meio de princípios transcendentais, mas pela consciência do dever em relação a si e aos que os cercam. Portanto, esta lei moral representa o dever de todo ser racional e se coloca como maior do que os sentimentos individuais e egoístas.

7. A

Como diz Kant em *Resposta à pergunta: "O que é Iluminismo?"* (1784), a palavra de ordem deste movimento de renovação cultural é "*Sapere aude!*", isto quer dizer basicamente que os homens deveriam deixar sua menoridade, da qual são culpados, e direcionarem seu entendimento a partir de suas próprias forças, sem a guia de outro.

(Para uma noção geral sobre o assunto: <<http://www.youtube.com/watch?v=9a9kWxpnjWk>>.)

Esta posição perante o mundo possibilitou um movimento em busca da liberdade e de um ideal de independência política, econômica e intelectual. Desta busca nasce, entre muitos outros movimentos, a Independência americana, a Independência haitiana e a Revolução francesa (esta última influenciada pelo pensamento do filósofo Jean-Jacques Rousseau). E sendo uma posição opositora dos regimes absolutistas, o Iluminismo almeja a libertação da riqueza e de tudo mais dos mistérios divinos tão presentes no pensamento medieval e influentes neste tipo de Estado absoluto. Tudo passa a ser problema resolvível se o entendimento do homem se empenhar de maneira metodológica. Nada é misterioso. Desta confiança na razão nasce uma reflexão sobre a riqueza e sua administração – Adam Smith, *A riqueza das nações* (1776), por exemplo. Neste contexto Montesquieu também é importante, na sua obra *O Espírito das Leis* temos um tratado sobre as relações do poder administrativo e uma teorização sobre a tripartição deste poder (executivo, legislativo e judiciário) de modo a serem separados, porém interdependentes.

8. D

Kant distingue dois tipos de lei produzidos pela razão. Dado certo fim que nós gostaríamos de alcançar a razão pode proporcionar um *imperativo hipotético* – uma regra contingente para a ação alcançar esse fim. Um imperativo hipotético diz, por exemplo: se alguém deseja comprar um carro novo, então se deve previamente considerar quais tipos de carros estão disponíveis para compra. Mas Kant objeta que a concepção de uma lei moral não pode ser meramente hipotética, pois uma ação moral não pode ser fundada sobre um propósito circunstancial. A moralidade exige uma afirmação incondicional do dever de um indivíduo, a moralidade exige uma regra para ação que seja necessária, a moralidade exige um *imperativo categórico*.

9. C

Pode-se dizer que o criticismo foi inaugurado na obra *Crítica da Razão Pura*, de Immanuel Kant. Nesta obra, ele procura colocar em questão as bases metafísicas do empirismo e do inatismo, considerando que não se pode cair no dogmatismo filosófico, que corresponderia à *"pretensão de progredir apenas com um conhecimento puro a partir de conceitos (o filosófico) segundo princípios há tempos usados pela razão, sem se indagar, contudo de que modo e com que direito chegou a eles"* (Prefácio à segunda edição da *Crítica da Razão Pura*).

10. A

- a) Correta: tendo como referência o texto de Kant, *o que é o esclarecimento?* pode-se afirmar que o uso político dos eventos esportivos torna o indivíduo dependente e o impede de tornar-se esclarecido e pensar por si próprio. A partir do momento em que um evento esportivo perde seu sentido próprio e assume outras funções, no caso servir para fins políticos, insere o indivíduo na menoridade, compreendida por Kant como a *"incapacidade de fazer uso do entendimento sem a direção de outro indivíduo"*. Kant também afirma que é difícil para *"um homem em particular desvencilhar-se da menoridade"*.
- b) Incorreta: como afirmado, se analisarmos o uso político dos eventos esportivos à luz do texto de Kant, não se pode afirmar que tal uso torna o indivíduo autônomo ou que, como decorrência, este terá ampliada sua capacidade de fazer uso da própria razão para agir autonomamente. O que ocorre é o contrário, uma vez que o indivíduo acabaria por se inserir cada vez mais na menoridade.
- c) Incorreta: ao contrário do que afirma a alternativa, se analisarmos o uso político dos eventos esportivos à luz do texto de Kant, chegaremos à conclusão de que o indivíduo se sentirá impedido de pensar de forma "alargada" e não de forma restrita. Da mesma forma, enfrentará enorme dificuldade para romper com a menoridade, sobretudo se estiver cercado de tutores. O papel desempenhado pelos tutores é o de manter os indivíduos na menoridade e dependentes e não o de estimular o pensamento ampliado e autônomo.
- d) Incorreta: se pensarmos o uso político dos eventos esportivos à luz do texto de Kant, concluiremos que o que resulta de tal uso não é o esclarecimento das massas, mas sim o contrário, isto é, a consequência será a menoridade e a ausência de esclarecimento. Tais eventos também não promovem o aprendizado crítico mediante a afirmação da ideia de nacionalidade.
- e) Incorreta: o uso político dos eventos esportivos não confere liberdade às massas para superar a dependência gerada pela aceitação da tutela de outrem. A consequência será exatamente o oposto, isto é, menor liberdade às massas e maior dependência em relação aos outros, especialmente aos tutores que são guias dos demais indivíduos.